

> Assessoria jurídica da Adufrj tranquiliza professores e esclarece que, a curto prazo, nenhum docente corre risco de perder os 26,05%

KELVIN MELO

kelvin@adufrrj.org.br

Os professores da UFRJ não correm risco de perder os 26,05%. Pelo menos no curto prazo. O esclarecimento foi feito pela pró-reitoria de Pessoal em reunião realizada no último dia 23, com representantes da reitoria, da Adufrj e do Sintufrj. O encontro ocorreu uma semana depois de o Tribunal de Contas da União determinar a retirada do índice de docentes e técnicos da UFRJ.

Na avaliação do TCU, os 26,05% já teriam sido absorvidos por reajustes posteriores pagos aos docentes e técnicos – o que justificaria o corte. Segundo o TCU, só poderiam receber o percentual os professores que participaram da ação judicial original da Adufrj, de 1990, que tem decisão favorável consolidada na Justiça do Trabalho. A UFRJ,

no entanto, realizou a incorporação administrativa do ganho judicial em 1994 e em 2003 e todos os docentes passaram a ganhar. Em 2006, o percentual foi congelado e novos professores e técnicos ficaram impedidos de receber os 26,05%. Os docentes que ingressaram na universidade após 1990 ainda serão notificados para apresentar defesa, informou o pró-reitor Agnaldo Fernandes.

“Vamos adotar todas as medidas legais para preservar os 26,05% para todos os docentes que já recebem o percentual”, disse a advogada da Adufrj, Ana Luísa Palmisciano. Mais informações podem ser conseguidas no plantão jurídico do sindicato.

Presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck situa a tentativa de corte dos 26,05% em um conjunto de ataques recentes aos direitos dos professores da UFRJ, como a ameaça de suspensão do adicional de insalubridade. “É bastante

preocupante, pois fragmenta o conjunto da categoria”, analisa Maria Lúcia. Ela avalia que a atual política de “austeridade” tem na educação superior pública um foco privilegiado. “Querem reduzir o papel da universidade”.

HISTÓRICO

O Plano Verão, editado em 1989, “congelou” os preços e salários e extinguiu o reajuste salarial baseado na variação da URP (unidade de referência de preços, utilizada à época), causando a perda de 26,05%. Em 1993, a ação da Adufrj obteve decisão favorável no Tribunal Regional do Trabalho. Adufrj conseguiu em 1994 a extensão administrativa para todos os docentes, não só os listados no processo. Em 2003, o reitor Aloísio Teixeira, estendeu, por Ato Administrativo, o pagamento dos 26,05% a todos os servidores da UFRJ.

NOTA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFRJ

■ A diretoria da Adufrj e sua assessoria jurídica participaram da reunião com a Pró-Reitoria da UFRJ sobre os 26% no último dia 23 de março. Nesta reunião, a Reitoria confirmou a aplicação do acórdão do TCU em relação aos docentes que

estavam na ação ajuizada pela Adufrj no ano de 1990 (ou seja, confirmou que o direito está preservado para os docentes que estavam na Adufrj quando a ação foi ajuizada). Em relação aos demais docentes (que recebem o percentual dos 26%

em razão da decisão administrativa da UFRJ), a Reitoria informou que não há previsão de corte em um curto prazo. A assessoria jurídica da Adufrj vai adotar as medidas cabíveis para tentar manter o benefício para todos os docentes.



ELISA MONTEIRO

INSALUBRIDADE

LABORATÓRIO DA BIOQUÍMICA: profissionais lidam com materiais tóxicos

> **Determinação de corte do Tribunal de Contas da União atinge aproximadamente 150 professores. É importante ficar atento ao prazo do recurso**

DA REDAÇÃO
comunica@adufrrj.org.br

Mais de 150 professores da UFRJ estão ameaçados de perder os adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação. Para garantir os benefícios, os docentes precisam recorrer em até dez dias úteis, contados a partir do momento em que receberam o processo administrativo no setor de pessoal de cada unidade acadêmica. Os adicionais podem chegar a 20% do salário. As informações são da Pró-reitoria de Pessoal.

A ameaça de corte foi imposta por processo do Tribunal de Contas da União, consolidado no acórdão 2223/2014. Segundo o TCU, há pagamentos irregulares de adicionais para docentes e técnicos. Ao todo, cinco mil servidores da UFRJ foram atingidos. Quem recorrer terá o corte suspenso até o julgamento do caso.

A Adufrj disponibilizou plantões da assessoria jurídica para orientar os professores e aconselha que todos os afetados agendem atendimento com os advogados do sindicato.

DRAMA
Ao buscar irregularidades, como pagamentos de benefícios para pessoas que

O QUE FAZER?

1. Assim que receber a mensagem de sua unidade acadêmica, verificar se seu nome ou sua Matrícula SIAPE constam da listagem dos atingidos.
2. Solicitar a cópia integral do processo administrativo no setor de pessoal e assinar documento tomando ciência do caso. O prazo só passa a contar a partir desse momento.
3. Ligar para a Adufrj e marcar atendimento jurídico
4. Não esquecer de levar cópia do processo e contracheque no dia do atendimento jurídico

não trabalham em situações insalubres, a decisão do TCU também prejudica quem de fato lida com o risco em sua rotina. É o caso do biólogo Vinicius Vieira de Lima, 30, técnico do Laboratório de Fisiologia Endócrina do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho.

Lima manuseia muitas substâncias tóxicas, entre elas, os ácidos sulfúrico e clorídrico; se necessário, trabalha na sala de material radioativo. Não se conforma com a ameaça de perda do adicional - 20% de seu salário-base. "Se há alguém ganhando insalubridade sem

merecer, que corrijam. Inaceitável é tirar de todos", afirma o biólogo.

A professora Débora Foguel, do Instituto de Bioquímica Médica, recebia insalubridade. Quando fez concurso para professora Titular, em 2013, perdeu o benefício e outros direitos acumulados em 18 anos de carreira. No Laboratório de Agregação de Proteínas e Amiloidoses, ela trabalha rotineiramente com solventes tóxicos e cancerígenos. Em 2016, recorreu para retomar o direito e, no fim de 2017, recebeu a visita de uma perita. O adicional foi negado. A professora não sabe se seu processo correu em separado do acórdão do TCU.

O químico Sérgio Luiz de Carvalho, técnico do Laboratório de Neurobiologia Comparativa e do Desenvolvimento do Instituto de Biofísica, está na UFRJ desde 1994 e sempre ganhou adicional, pois lida com risco biológico no trato com culturas e animais selvagens. "O laboratório é insalubre, tem substâncias tóxicas, cancerígenas. Já me cortei várias vezes, o que amplia chances de contaminação", conta.

Há mais de uma década, Carvalho migrou do adicional de insalubridade para o de radiação, quando começou a lidar com radiação ionizante. "O percentual é o mesmo, 20%", explica. Quando o trabalho com radiação terminou, Carvalho solicitou o retorno para insalubridade. Mas teve o benefício cortado. "Em novembro, fizeram vistoria. O laudo é muito contraditório. Em uma página diz que faço jus à insalubridade, na seguinte diz que não".

Praia Vermelha

começa semestre em condições precárias

> **Professores reclamam da falta de equipamentos e computadores. Docentes dividem salas de trabalho com até cinco colegas**

ISABELLA DE OLIVEIRA
isabella@adufrrj.org.br

A gente anda pra cima e pra baixo carregando um monte de tralha". Assim Marta Sousa, professora da Faculdade de Educação, resume o cotidiano de trabalho na Praia Vermelha. As reclamações sobre infraestrutura vão da falta de bebedouro até falta de giz e computador nas salas. Módulos recém-construídos contam com 39 salas, mas todas sem equipamentos eletrônicos nem laboratório. Marta Sousa conta que providenciou até a conexão de internet. "Você quer uma aula mais interativa, usar uma imagem ou pegar link da internet e não tem como. Até a internet eu que preciso levar para dentro de sala", reclama.

A professora Teresa Gonçalves, também da Educação, considera "inaceitável" o estado dos módulos novos. "Dou aula na pós-graduação. A sala é pequena e não tem quadro", conta. A Educação é uma das graduações completamente transferidas para os módulos; só o setor administrativo funciona no Palácio.

O professor Alexis Saludjian, do Instituto de Economia, avalia que os problemas decorrem de duas ordens: uma



ISABELLA DE OLIVEIRA

CADEIRAS na rampa de um dos novos módulos

temporária, por causa das obras; e uma permanente, diante do corte de verbas na educação. "É importante que as obras ocorram, mas ao mesmo tempo impõem desafios organizacionais", diz.

As reclamações sobre o Palácio são parecidas com as dos módulos; há muitas salas em que os professores são obrigados a carregar o data-show e computadores. Na avaliação do professor André Villas-Boas, da Escola de Comunicação, falta preservação do prédio, datado do século XIX. "Os problemas são falta de espaço físico e manutenção. Dou aula

numa sala em que o suporte do quadro ficou dois anos caindo. A solução foi tirar. Preciso carregar giz de uma aula pra outra. Tomadas não funcionam, e não é complicado consertar", diz. O Palácio passa por constantes obras, as últimas iniciadas em maio de 2017, mas não são suficientes. Os corredores estão ocupados por cadeiras empilhadas, principalmente no Instituto de Economia.

A Praia Vermelha abriga os cursos de Educação, Comunicação, Ciências Contábeis, Serviço Social, Psicologia, Economia, Administração e Relações Internacionais. No Palácio, funcionam a Escola de Comunicação, o Instituto de Economia e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Carlos Frederico Rocha, professor da Economia, divide a sala de trabalho com até cinco colegas. Para ele, o problema não é só orçamento. "Tivemos uma expansão da PV muito grande. Trazem mais cursos para cá sem infraestrutura adequada", afirma. Sobre a falta de material didático nos módulos, ele observa que os equipamentos já foram comprados, mas não instalados. "O problema, na real, é de gestão".

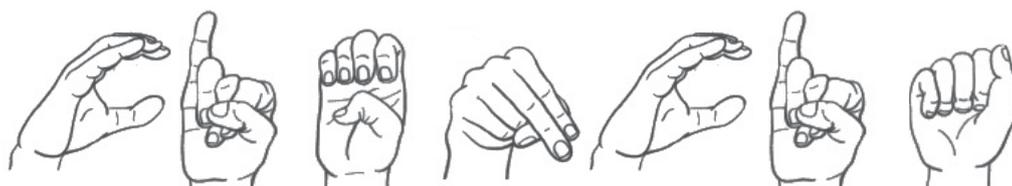
Uma reunião está marcada para quinta-feira, 29 de março, para discutir a infraestrutura do campus. O decano do CCJE, Vitor Iorio, disse que se pronunciará após a reunião. Por e-mail, a reitoria informou que as questões estruturais levaram em consideração a distribuição de aulas e que foi criado um condomínio para cuidar do assunto.

MAIS DOIS CARROS FORAM ROUBADOS NO FUNDÃO

Novos episódios de violência marcaram a última sexta-feira (23) na Cidade Universitária. Por volta de 14h40, um Siena branco foi roubado, próximo ao Cenpes. O caso foi registrado na 37ª DP (Ilha do Governador). Pouco depois, criminosos levaram o carro de uma jovem nas

imediações do Clube de Empregados da Petrobras, segundo informou uma funcionária do local. Mas o assalto não foi comunicado para a delegacia da Ilha ou para a Divisão de Segurança da UFRJ. Os recentes roubos e sequestros-relâmpago no Fundão preocupam

a comunidade acadêmica. Para melhorar a segurança do campus, a reitoria informa que estuda a adesão ao Proeis, programa que permite usar PMs de folga no patrulhamento, pagos por uma entidade parceira. No Fundão, seriam a Petrobras e o Parque Tecnológico.



C I Ê N C I A

Admirável Mundo Novo da Inclusão

> Tese sobre glossário científico inédito para surdos recebe prêmio da UFRJ

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

Moradora de Laranjeiras, a professora Vivian Rumjanek, do Instituto de Bioquímica Médica, passava diariamente pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos no mesmo bairro. Um dia, pensou em convidar alguns daqueles estudantes para frequentarem a universidade. Estava lançada ali a semente do Projeto Surdos-UFRJ, criado em 2005.

A tentativa inicial foi adaptar para os surdos os cursos experimentais de curta duração já feitos com estudantes da rede pública, uma atividade de extensão mais antiga do próprio IBqM (Instituto de Bioquímica Médica). “Imaginamos que bastaria conseguir um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e as coisas iriam fluir da melhor maneira possível”, explica a pesquisadora Julia Barral, que participa do projeto desde o começo. “Mas quando os intérpretes entraram no laboratório, os termos simplesmente não existiam”, completou. Julia teve a ideia de criar sinais científicos na linguagem daquele público. Uma iniciativa inédita à época, no Brasil, com a metodologia científica empregada.

“Explicamos o que é a palavra, mostramos a imagem e desenvolvemos o sinal”, informou a pesquisadora. Passados 13 anos, existem glossários científicos sobre



TRADUÇÃO Professora Lorena Assis mostra o sinal, em Libras, criado para simbolizar a fagocitose

quatro temas: célula; sangue; sistema imune; e fertilização e embriogênese. Cada um possui entre 100 e 120 sinais, mas a maioria foi produzida pelo grupo do instituto que envolve biólogos, intérpretes e surdos.

Para agilizar o processo, o fascículo mais recente, da fertilização, passou a ser feito com sinais da linguagem britânica (*British Sign Language*), em parceria com um instituto escocês. “Estamos testando a aceitação dos sinais estrangeiros e verificamos que é possível internacionalizar uma linguagem científica”.

O processo de criação dos glossários científicos em Libras foi descrito em tese de doutorado, defendida por Julia em janeiro de 2016, no Programa de Pós-graduação em Química Biológica

do instituto.

O título da tese, “Admirável Mundo Novo: a Ciência e os Surdos”, brinca com a obra-prima do escritor inglês Aldous Huxley. A sugestão foi da professora Vivian, sua orientadora: “Huxley descreve um mundo distópico. Sonhamos com um mundo utópico, mais inclusivo”, afirmou a professora. No início deste mês, a tese obteve o primeiro lugar no Prêmio Ações Afirmativas da universidade. Um alento para pessoas como Lorena Assis, 30 anos, que perdeu a audição na infância por uma meningite. Ela ingressou na iniciativa do IBqM em 2006, como estudante de iniciação científica, e hoje é monitora dos cursos: “Antes, era mais difícil. As pessoas não sabiam muitos sinais científicos. As barreiras estão caindo”.

23 AGENDA

03 REUNIÃO SOBRE 26%

Adufrj e Sintufrj participaram de reunião com Pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, sobre o pagamento dos 26,05% aos docentes e técnicos. O pró-reitor informou que a situação dos técnicos é delicada e que eles correm risco de perder o percentual.

02 AduFRJ NA EBA, 14h

A diretoria da Adufrj inicia na Escola de Belas Artes (EBA) um ciclo de visitas às unidades acadêmicas para ouvir demandas dos docentes e acompanhar as condições de trabalho. A comunidade da EBA enfrenta os danos causados pelo incêndio de 2016.

12 DEBATE NO IFCS, 18h, sala Celso Lemos

Adufrj e docentes do IFCS organizam o debate “Segurança Pública, Violência e Direitos Humanos”. Participam da mesa Lea Tiriba (UniRio), Michel Gherman (IH/UFRJ), Monique Cruz (Justiça Global), Cunca Bocayuva (NEPP-DH/UFRJ) e Maria Paula Araujo (IH/UFRJ e Adufrj).